

**ASSESSORIAS TÉCNICAS: TRAJETÓRIA E DESTINOS ENTRE O MERCADO E O ESTADO**

**Olivia de Campos Maia Pereira**

Arquiteta | Mestre em Urbanismo, 2006, pelo Programa de Pós-Graduação  
em Urbanismo CEATEC PUC-Campinas

*oliviamai@gmail.com*

## **ASSESSORIAS TÉCNICAS: TRAJETÓRIA E DESTINOS ENTRE O MERCADO E O ESTADO<sup>1</sup>**

As primeiras experiências com assessoria técnica são identificadas na década de 1950, com as experiências do Escritório Piloto da Escola Politécnica da USP, a Cadopô (Casa do Povo) e as diversas sedes de sindicatos feitas no Estado de São Paulo pelo arquiteto Vilanova Artigas. Depois, com Joan Villá, já na década de 1970, há a iniciativa de criação de um sindicato da categoria por intermédio da instituição de cooperativa. Há também, nesse meio período, os arquitetos Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império, com a Arquitetura Nova,<sup>2</sup> que tem suas discussões iniciadas na década de 1960, com incursões também nas áreas de ensino e arte.

Muitos são os trabalhos que procuraram discutir a trajetória desses agentes sociais – assessores, no âmbito da história da produção habitacional brasileira –, com destaque especial para aqueles que se referem ao grupo Arquitetura Nova como um marco nas discussões sobre a inserção do arquiteto nas questões sociais, revelando a principal crítica corrente na época ao desenvolvimentismo e aos processos de modernização.

Crítica essa que, por um lado, contava com os arquitetos do grupo Arquitetura Nova, trabalhando com a produção de habitação, saber popular e “pedagogia” do canteiro,<sup>3</sup> e, por outro, contava com intelectuais como Francisco de Oliveira e Roberto Schwartz, que chamavam a atenção para uma produção habitacional e dinâmica de urbanização, lidas à luz de uma teoria de acumulação do capital.<sup>4</sup>

Para além, no entanto, do debate entre Arquitetura Nova, Escola Paulista, Francisco de Oliveira e Roberto Schwatz, que aponta uma série de contradições, o que merece destaque aqui é que essas contradições são, de diversas maneiras, arrastadas ao longo dos anos que seguem. Ora rerepresentando-se de maneira mais intensa ora de formas mais veladas, mas, de qualquer modo, foram e estão presentes na formação das assessorias técnicas no Brasil.

Em relação à autoconstrução e posteriormente à inserção e luta pela autogestão, o que estava colocado naquela época, década de 1980, é por que essas apostas faziam sentido como forma de emancipação e democratização da arquitetura. Muitos dos militantes envolvidos com a questão acreditavam em condições de transição para o socialismo, em boa parte influenciados pelas ativas Comunidades Eclesiais de Base das igrejas católicas. Há que lembrar que ainda se estava falando de uma política habitacional que, apesar de insuficiente e de baixa qualidade, era centralizada pelo Estado.

De volta à reconstrução da linha histórica sobre a formação das assessorias, a maioria se formou na década de 1980, mas suas configurações têm raízes na década de 1970, época de um forte movimento rumo às periferias. Nesse esforço, além de arquitetos e assistentes sociais, estavam juntos órgãos públicos, universidades e Igreja Católica, principalmente.

É importante destacar o envolvimento e a importâncias das assistentes sociais nesse período, e também nos posteriores. Pois na maioria das vezes esses profissionais introduziam os outros profissionais nas comunidades que sofreriam intervenção, estabelecendo um importantíssimo “primeiro contato”.<sup>5</sup>

Trata-se de uma história que se funde com a própria história dos movimentos populares, que começavam no início da década de 1980 ocupações de terra de forma organizada para posterior construção da moradia.

Nessa época, as experiências das cooperativas uruguaias eram divulgadas por meio das ações em Vila Nova Cachoeirinha,<sup>6</sup> e o contexto era de crescente organização popular.

Formam-se aí dois grupos de assessoria: o LABHAB (BA) (Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas-Artes) e a equipe de Habitação da Vila Comunitária de São Bernardo do Campo, que foram responsáveis pela formação de diversas outras assessorias. A partir dos envolvidos com o Laboratório de Habitação da BA, vieram outros laboratórios de outras instituições de ensino, como o da FAU Santos (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos), o Habitafaus,<sup>7</sup> e o L'Habitat da PUC-Campinas, além de se fortalecerem as assessorias ligadas ao Sindicato de Arquitetos do Estado de São Paulo.<sup>8</sup> Depois, provenientes dessa mesma genealogia, surgiram o Gamha<sup>9</sup> (Grupo de Assessorias e Movimentos por Habitação), o Usina<sup>10</sup> (Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado) e a Oficina de Habitação.<sup>11</sup> Do segundo grupo, ligado a São Bernardo, vieram o CAAP (Centro de Assessoria à Autogestão Popular)<sup>12</sup> e a Teto (Assessoria a Movimentos Populares), em São Miguel.<sup>13</sup>

Eram muitos os arquitetos, militantes e professores que, junto à crescente organização popular da primeira parte da década de 1980, se organizavam a partir de diversos encontros de movimentos de moradia. Por meio de algumas assessorias, já se começava a discutir e articular estratégias que contemplassem autogestão, autonomia e construção por mutirão.

Logo depois, com a gestão Mário Covas, essas experiências são incorporadas como políticas oficiais em São Paulo, e depois mais fortemente na gestão petista de Luiza Erundina, em 1989, período máximo de consolidação das assessorias técnicas. Havia cerca de vinte entidades trabalhando diretamente com a gestão por meio do Programa de mutirões (Ronconi, 1995).

Datam desse período as experiências com autogestão consideradas bem-sucedidas<sup>14</sup> e que serviram de inspiração na tentativa de resgate realizada pelo atual Programa Crédito Solidário do governo federal, como será visto mais à frente.

As assessorias configuravam-se, até então, como organizações não-governamentais. Tratava-se de figuras jurídicas, sem fins lucrativos, e que se propunham a trabalhar pela melhoria das condições de vida da população de baixa renda, apoiando as lutas por moradia. Muitos estatutos foram desenvolvidos nessa época e se utilizaram das bases dos próprios programas municipais, aos quais estavam vinculados, como o Funacom, para se institucionalizarem.

Passadas a gestão da Luiza Erundina e toda a efervescência de assessorias e mutirões autogeridos, vem a gestão Paulo Maluf, que representou um retrocesso em relação ao desenvolvimento das propostas relacionadas à moradia da gestão anterior. Uma série de mutirões foi paralisada, muitas assessorias foram processadas sob as mais diversas acusações e tantas outras fecharam, e seus profissionais procuraram inserção no mercado.

Vem um período de baixa para a formação de novas entidades de assessoria. Mesmo assim, a partir de algumas dissidências, formaram-se a Peabiru, a Passo e a Grão.

De qualquer modo, o que ocorreu foi a configuração de um campo de trabalho para esses técnicos, especialmente em prefeituras petistas. Muitos já haviam sido incorporados na própria gestão Luiza Erundina, na qual também passaram a ser responsáveis pela formulação e gestão de uma série de propostas para as políticas municipais de habitação, como o Funaps Comunitário. E esses técnicos continuam a exercer esse tipo de função, como se pode observar hoje em algumas prefeituras, e no próprio Ministério das Cidades, onde notadamente esses técnicos ocupam cargos responsáveis pela configuração de novas políticas habitacionais e urbanas.

Para aqueles que continuaram com as assessorias, estabelecia-se uma nova realidade. Depois de uma fase intensa de trabalho com movimentos populares, a partir de investimentos e incentivo público, vinha um período de escassez, como visto, em grande medida pelos rumos que gestões posteriores deram às políticas habitacionais. E a possibilidade de manutenção financeira dessas entidades, única e exclusivamente por meio desse tipo de trabalho, não era mais possível.

Então, essas entidades que já se colocavam como algo entre o mercado e o Estado passaram a ter que optar pela constituição de escritórios, com fins de mercado, e muitas vezes até fazer modificações em seu estatuto.

A partir de entrevistas realizadas com assessorias técnicas formadas na década de 1980 (Pereira, 2006), e que continuam trabalhando hoje, pôde-se notar a dificuldade de elas próprias se caracterizarem. Mas antes de apresentar essa caracterização das assessorias hoje é importante conhecer seu atual perfil.

Com base nas pesquisas feitas por Joel Felipe Pereira (1997) e Caio Santo Amore Carvalho (2004), nota-se que as assessorias técnicas têm, como estruturas organizacionais, suas direções e mesmo a maioria de sua formação centradas na figura de arquitetos, que, mesmo por coordenação colegiada direta, são associados como verdadeiros donos. As alternâncias de cargos são poucas, a não ser quando há o afastamento de um dos seus membros para ingresso em alguma administração pública.

Sobre as fontes de financiamento, poucas têm conseguido se manter exclusivamente com trabalhos de assessoria técnica, financiada pelo poder público. Algumas conseguem financiamentos externos em programas específicos, e muitas outras têm se lançado cada vez mais no mercado de trabalho, constituindo uma clara faceta de escritório de arquitetura que muitas vezes tem que se sobreposto ao trabalho como assessoria.

O perfil dos membros das assessorias tem se configurado da seguinte forma: a maioria teve nesse tipo de trabalho sua primeira experiência profissional, participou de atividade de militância estudantil na época da graduação, é jovem (80,9% até 35 anos), pertencente a famílias de classes média e média alta (famílias com 61,5%, 10-30 salários mínimos) e exerce atividades profissionais simultâneas, como docência ou escritório próprio (85%).

A partir de entrevistas realizadas, já citadas, algumas das assessorias ainda atuantes, quando questionadas sobre sua caracterização, se colocaram como ONG, outras, como entidades profissionais munidas de uma “missão” em relação a “comunidades carentes”. Outras se definiram como entidades que “brigaram por uma fatia do mercado”, e outras, ainda, garantem que não são uma coisa nem outra, e que não há, ainda, definição para o papel que desempenham na sociedade. Estas últimas se auto-intitulam agentes sociais – políticos e militantes, que ainda acreditam ser possível alcançar dimensões emancipatórias, mudando a forma de produção e reprodução da cidade a partir da construção da casa –, como pensava o grupo Arquitetura Nova, na década de 1970.

O que significam hoje, entretanto, depois de inúmeras mudanças históricas, como a institucionalização em políticas oficiais de grande parte do ideário das assessorias, e também dos próprios movimentos, essas dimensões emancipatórias?

Da autonomia caminha-se para uma forma consentida e vista como virtuosa de gestão da precariedade, da necessidade, da falta de casa, elemento estruturador das possibilidades de acesso à cidade, assim como para a produção de territórios urbanos, caracterizados por uma mistura entre mutirões autogeridos e mutirões oficiais, que demarcam com

clareza uma outra forma, bastante específica, de intervenção e produção do espaço urbano, pelo Estado (Rizek et al., 2003, p.9).

Parece que, com o passar dos anos, não se conseguiu fugir daquele debate proposto ainda na década de 1970 por Francisco de Oliveira e Roberto Schwartz, sobre a autoconstrução como colaboradora da acumulação capitalista. O fato “novo” foi que tem se inserido na história um mediador: as assessorias técnicas. Essas trabalharam a partir da seguinte perspectiva: à medida que aumentavam as carências de moradia e as dificuldades de acesso à cidade, aumentavam as oportunidades de trabalho para essa especialidade. Uma especialidade que se tornou, então, demanda.

Criou-se uma demanda por técnicos com as seguintes especialidades: lidar com carências, minimizar conflitos e situações-limite, conter demandas e estabelecer uma mediação, que abrande a tensão das relações entre um Estado, cada vez mais enxuto para as questões sociais, e sua população. Problemas de ordem estrutural são administrados como numa gestão de precariedades, na qual a população é chamada para participar (Rizek et al., 2003).

A participação da população que na democracia plena que buscamos deveria dar-se por meio da universalização do acesso à informação e da conseqüente capacidade de participação política é assim reificada e transferida para o âmbito limitado do instrumental imediato. Por esse procedimento, a população é solicitada a opinar sobre questões que caberiam aos técnicos resolver, como a maior ou menor conveniência do uso do tijolo ou do bloco de concreto, ou ainda, da sua substituição pelo bloco de adobe. Mas, enquanto isso, permanece excluída e ignorante sobre a dívida externa, o desemprego, a recessão e tantos outros problemas mais graves abrangentes. É em síntese uma ilusão de participação, um surrogato de democracia (Bolaffi, 1986).

Dentro dessa atual situação de políticas de exceção em que vivemos – conforme denominação de Francisco de Oliveira –, está se constituindo, mais uma vez, um campo de atuação para essas assessorias técnicas. Mas as principais diferenças e que podem caracterizar de forma determinante a forma de inserção desses “agentes mediadores” em nosso atual contexto são a escala – agora nacional – e principalmente as mudanças históricas. São quase vinte anos de distância das atuações tidas como bem-sucedidas, a exemplo da gestão Luiza Erundina em São Paulo.

Esse “novo campo” se daria por meio do Programa Crédito Solidário, criado em 2004 pelo governo federal para habitação popular. Esse programa teve sua concepção na base de muitos movimentos de moradia e consolidou-se como política pública. Colocando as associações de moradores (que devem se institucionalizar para participar dos processos de seleção) como “agentes técnicos sociais” e as assessorias técnicas como agente obrigatório de mediação entre Estado e Movimentos.

O Crédito Solidário (Cresol) se diferencia dos demais programas por ser voltado ao cooperativismo e ao associativismo, com o intuito de fortalecer as práticas da “autogestão” e da organização popular.

Os antecedentes de programas habitacionais com experiências “autogestionárias” que inspiraram o Programa Crédito Solidário são diversos, mas principalmente a idéia de retomar o Funaps-Comunitário<sup>15</sup> impulsionou os movimentos populares e muitas assessorias técnicas a conceber o Programa. O ABC paulista abriga várias dessas experiências, em sua maioria exitosas. São exemplos também desse tipo de experiência as prefeituras de São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza, bem como alguns mutirões financiados por entidades internacionais no Ceará. Fora do Brasil também existem outros exemplos; entretanto, o que mais influenciou movimentos e assessorias técnicas brasileiras – desde a época do Funaps, e agora até o Crédito Solidário – foram as Cooperativas Uruguaias de Ajuda Mútua, que, em outro contexto, atuavam como agentes promotores dos empreendimentos e colocavam como alternativa a propriedade cooperativada.<sup>16</sup>

A partir da constituição desse Programa e da atuação das assessorias técnicas, puderam ser levantadas algumas questões que, embora exploradas mais à frente, necessitam ainda de outros estudos e tempo de consolidação do Programa para que se tirem novas conclusões.<sup>17</sup>

Quais argumentos e relações desse novo Programa poderiam ser relacionados à discussão apresentada em relação à atuação das assessorias técnicas? Que “novos” elementos foram inseridos? Como funcionam essas novas mediações?

O cenário atual, político, econômico e social, por si só já estabeleceu algumas mudanças nas relações entre os agentes envolvidos em processos como o do Programa Crédito Solidário, no qual devem interagir poder público, movimento popular organizado e assessorias técnicas.

Mudanças como o aparecimento de organizações não-governamentais legalmente instituídas, instrumentos participativos de gestão urbana, canais descentralizados de participação e fragmentação de grande parte dos movimentos populares devem ser entendidas em um contexto de globalização, sob a construção, por agências internacionais, de “propostas alternativas e participativas” para os problemas do Terceiro Mundo.

A participação popular, bem como a ação dos outros agentes envolvidos, sofreu profundas modificações, e essas se refletem em suas interações hoje. A fragmentação imposta pelas condições socioeconômicas e políticas, que atingem todos os níveis de representação, por exemplo, faz-se clara ao se analisarem as demandas apresentadas por meio do Cresol hoje e aquelas apresentadas pelos movimentos populares que trabalharam nos mutirões dos anos 1980. Essa fragmentação levou a uma forte despolitização de todos os agentes, o que se reflete por exemplo no direcionamento da reivindicação por habitação. Trata-se de uma reivindicação com fim nela mesma, perderam-se os horizontes mais amplos de debates e unicidade por melhores condições de vida nas cidades.

Assim, o que teria restado das dimensões daqueles mutirões que inspiraram movimentos e técnicos a pensar o Cresol? Além das claras diferenças de contexto que a distância temporal impõe, o que veio da tentativa de resgate daquele período?

Sem dúvida, a atuação das assessorias técnicas é a grande responsável pela tentativa de resgate de muitas das dimensões consideradas bem-sucedidas naquela época. Muitos desses agentes viveram o referido período de “mutirões bem-sucedidos” e se esforçaram em transpor muitos daqueles objetivos. Observa-se nesses projetos maior participação do Movimento no projeto arquitetônico, no desenrolar burocrático da liberação do financiamento, nas relações entre os demais agentes e principalmente no nível de politização, refletido na participação de lideranças em conselhos e outros canais institucionalizados ou não.

Pode-se dizer também que a atuação dessas assessorias, aquelas com extenso histórico de atuação do junto a movimentos populares de moradia, trouxe à tona questões referentes às especificidades e necessidades locais, evitando soluções-padrão (de projeto e organização), tão repetidas pela maioria dos programas habitacionais.

É dessa forma notório um avanço na qualidade dos conjuntos habitacionais produzidos, tanto sob o aspecto da construção da moradia como do projeto do conjunto, com a preocupação de inserção de áreas de lazer e implantação urbana. Pode-se observar também nesses projetos uma preocupação com especificidades regionais, como clima e relações sociais, demonstradas por meio do uso de materiais locais, concepções diferenciadas de projeto e implantações. Em alguns projetos houve utilização de tecnologias novas, principalmente na organização do canteiro de obras, buscando a facilitação do trabalho humano.

No que se refere às interlocuções não só entre assessorias, movimentos e Estado, mas entre todos os agentes sociais envolvidos, tem-se, sem dúvida, um ponto fundamental e esclarecedor em relação ao tipo de política que vem se desenvolvendo. E, portanto, é algo que, para o momento, podem apenas ser lançadas perguntas que busquem a reflexão sobre pontos como o alavancamento das organizações populares, politização, papel das assessorias técnicas e até reconstrução de tecido social. Cabem ainda questões que remontam à discussão sobre Estado Mínimo para políticas sociais, o que ficaria claro quando o Estado, por meio de um Programa como esse, envolve necessariamente junto à demanda (apresentada via movimentos organizados) agentes como assessorias técnicas, sindicatos, cooperativas etc.

Sobre as dimensões cooperativas, tão apregoadas pelas assessorias técnicas desde seu surgimento, no Cresol tanto essas assessorias como os próprios movimentos têm sua atuação focada exclusivamente na construção da habitação. Não há uma gama de relações entre os associados que se estenda além da questão habitacional, por meio da criação de vínculos mediante o trabalho coletivo. Muitas vezes essas relações nem sequer precederam a organização popular para obtenção do financiamento, são inúmeras as entidades que se estabeleceram em razão exclusiva da necessidade de institucionalização imposta pelo Programa. Fica a dúvida se essas organizações (tanto assessorias como movimentos) fomentadas pelo Cresol se fortalecerão e continuarão a existir. E mais, se essas conseguirão estender suas relações para além da questão habitacional, a exemplo dos princípios da Economia Solidária. Ou

ainda, se conseguirão, a exemplo de alguns dos mutirões bem-sucedidos da gestão petista em São Paulo no final da década de 1980, fazer uma reconstituição de tecido social, por via dos movimentos, em um momento de desestruturação econômica, política e social.

Um último ponto a ser tocado trata das formas de provisão habitacional historicamente abraçadas pelas assessorias técnicas, e também quase que generalizadas no Cresol, os mutirões.

Nesse sentido, o Programa remete a velhas questões, trazidas pelos mutirões habitacionais baseados na autoconstrução. O sobretrabalho e a autoconstrução como forma de salário não-pago remetem ao debate proposto por Francisco de Oliveira ainda na década de 1970, no qual essas formas de construção da casa própria contribuiriam para a acumulação capitalista e para o rebaixamento dos salários, uma vez que o item moradia acaba por sair do cômputo do salário.

Embora existam inegáveis avanços nas questões habitacionais por meio da histórica inserção do trabalho das assessorias técnicas, não poderia ainda se dizer que há uma continuidade da “gestão da pobreza”? Adaptadas às realidades e necessidades contemporâneas, como visto, mas ainda como forma de solucionar situações emergenciais. Assim, para as assessorias não há como escapar às determinações macroestruturais, uma vez que essas trabalham para o Estado, mas absorvendo parte de suas “obrigações”.

Não se deve esquecer de que essas determinações macroestruturais, que fizeram que as assessorias se combinassem perfeitamente com a reforma do Estado, não são peculiaridades brasileiras, e que os percursos percorridos por essas entidades remontam um quadro mundial de incorporação de preceitos neoliberais na condução das economias nacionais. O que acaba por legitimar políticas públicas com menor atuação do Estado e maior participação das organizações sociais. E, ao que tudo indica, esse fato não parece se configurar como uma situação emergencial, ou exceção.

Dentre tantas relações, dimensões, rebatimentos e a complexa questão histórica da atuação das assessorias técnicas, o papel ambíguo que essas entidades sempre desempenharam parece ser o ponto principal. Como atividade profissional, é inegável que sempre tenham se configurado como mercado, mas poder-se-ia falar de um mercado formado a partir de uma demanda que está fora do mercado e que é provido por recursos públicos?

A partir de uma análise histórica, notam-se cenas que se camuflam, se deslocam à medida que as determinações macroestruturais se modificam. Mas que, como sempre, continuam calando a crítica em meio ao atropelo da gestão de nossas também infundadas emergências.

## NOTAS

1. Este artigo foi baseado na dissertação de Olivia de Campos Maia Pereira: *O crédito solidário como política pública para habitação popular: mudanças no cenário?*, capítulo 2: "Interlocuções: os agentes sociais presentes – As assessorias técnicas". Trabalho realizado sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Laura Machado de Mello Bueno, durante o curso de mestrado em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC (2005/2006).
2. Ver, sobre Arquitetura Nova, Koury (1999) e Arantes (2000).
3. Discussões que colocavam as formas de cooperação e saber popular como possibilidades de construção de uma nova sociedade, onde pudesse se instaurar uma nova forma de pensar o trabalho intelectual e físico e as hierarquias do processo produtivo, mediante uma crítica, inspirada em Marx, da divisão social do trabalho. Como uma tentativa de superação das "contradições entre um discurso cheio de boas intenções e a queda dessas intenções numa realidade das mais difíceis". Basta lembrar das críticas do grupo à construção de Brasília e mesmo à postura de seu "mestre" Artigas, por meio da Escola Paulista (Caderno GFAU, 2002, p.4).
4. Teoria essa que andava no sentido contrário da produção do trio de arquitetos (grupo Arquitetura Nova), uma vez que, para Chico de Oliveira, a questão da habitação por meio da autoconstrução significa o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho. "Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de prática de 'economia natural' dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de acumulação capitalista, que tem suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho" (Oliveira, 1978, p.31).
5. Sobre alguns dos casos que exemplificam a importância dos assistentes sociais, ver Bueno (2000), especialmente o capítulo 2, que traz a experiência do Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD), que mobilizou jovens universitários para atuação gratuita nas favelas. Esse movimento é da década de 1960 e levava nas primeiras visitas às favelas estudantes de direito e assistência social para resolverem casos de polícia, marginalidade e falta de documentos pessoais, por exemplo. Só depois dessa "preparação" entrariam professores e arquitetos.
6. Entrava-se em contato pela primeira vez, por intermédio do Simpósio Latino-Americano de Racionalização da Construção e sua aplicação às habitações de interesse social em 1981, com as experiências uruguaias com cooperativas habitacionais por ajuda mútua. Experiências estas que, posteriormente, foram amplamente divulgadas para movimentos populares de moradia e tanto influenciaram assessorias (Reinach, 1984).
7. Sob a coordenação do arquiteto Wilson Ribeiro dos Santos.
8. Na época, presidido pelo arquiteto Nabil Bonduki.
9. Sob a coordenação do arquiteto Reginaldo Ronconi.
10. Sob a coordenação do arquiteto João Marcos Lopes.
11. Sob a coordenação do arquiteto Vitor Lotuffo.
12. Coordenado pelo arquiteto uruguaio Leonardo Pessina.
13. Sob a coordenação de Laila Mourad. Para mais informações sobre a formação de assessorias, ver Carvalho (2004).
14. Como União da Juta e Cazuzu, entre outras, analisadas em Rizek & Lopes (2005) e Rizek et al. (2003).
15. Da gestão Luiza Erundina, PT, em São Paulo, 1989-1992. Aliás, muitos dos movimentos e técnicos que participaram do Funaps participaram também da elaboração do Crédito Solidário e estão presentes na coordenação do Programa.
16. Uma das principais diferenças das Cooperativas Uruguaias em relação tanto ao Funaps como ao Crédito Solidário é a relação de cooperativismo que se estabelecia antes e depois da construção das casas. Havia um sentido maior de associativismo, que se expandia para além da habitação, mais próximo às idéias das teorias da Economia Solidária.
17. O Programa Crédito Solidário traz consigo uma complexa rede de expectativas e relações, e na dissertação que gerou este artigo são apresentadas, a título de considerações finais, outras conclusões sobre o Programa como um todo, mas para este artigo foram retidas apenas aquelas que se referem às assessorias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, P. F. *Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: TFG FAU-USP, 2000.
- BOLAFFI, G. Os mitos sobre o problema da habitação. *Espaço e Debates*, n.17, 1986.
- BUENO, L. M. de M. *Projeto e favela. Metodologia para projeto de urbanização*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo.
- BUZZAR, M. A. *Rodrigo Lefèvre e a idéia de vanguarda*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo.
- CADERNO GFAU. Conversa com Sérgio Ferro, 2002.
- CARVALHO, C. S. A. *Lupa e telescópio: o mutirão em foco*. São Paulo, anos 90 e atualidade. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo.
- KOURY, A. P. *Grupo Arquitetura Nova*. São Carlos, 1999. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, F. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, J. A. et al. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. São Paulo: Cedec, Paz e Terra, 1978.

PEREIRA, J. F. *Mutirão e autogestão no Jardim São Francisco (1989-1992): movimento de moradia, lugar do arquiteto*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

PEREIRA, O. de C. M. *O crédito solidário como política pública para habitação popular: mudanças no cenário?* Campinas, 2006. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica.

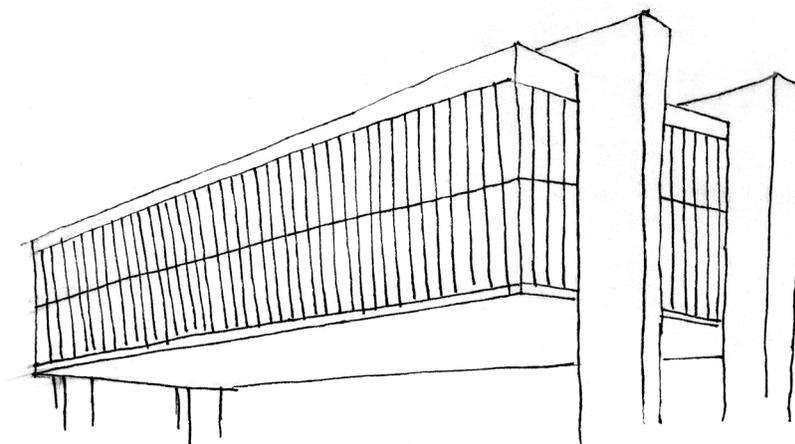
REINACH, C. H. Projeto Vila Nova Cachoeirinha. Construção Habitacional por ajuda mútua. In: II Seminário Internacional. Programa de Estudios de Vivienda

en America Latina. Universidad Nacional de Colombia, 1984.

RIZEK, C. S.; LOPES, J. M. *O mutirão autogerido como um procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica*. São Paulo: Coletânea Habitare, 2005.

RIZEK, C. et al. A política de produção habitacional por mutirões autogestionários: construindo algumas questões. RBEUR, 2003.

RONCONI, R. *Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão: o Programa Funaps comunitário*. São Carlos, 1995. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.



## RESUMO

Este artigo pretende reconstruir a trajetória das assessorias técnicas formadas por arquitetos, desde a década de 1950 até os dias atuais. Por meio dessa reconstituição, propõe-se discutir o ambíguo papel desses agentes sociais, que têm suas oportunidades de trabalho aumentadas à medida que aumentam as carências de moradia e as dificuldades de acesso à cidade. São tratados seus diversos momentos históricos, como as primeiras inserções nas questões sociais, por meio de experiências em escritórios pilotos, as idéias emancipatórias do grupo Arquitetura Nova até as assessorias dos mutirões “autogeridos” na década de 1980. Trata-se ainda a tentativa de resgate da atuação de algumas assessorias desse último período – década de 1980 – por meio do Programa Crédito Solidário do atual governo federal.

**PALAVRAS-CHAVE:** assessorias técnicas, habitação, arquitetura, políticas públicas, crédito solidário.

## ***TECHNICAL ASSISTANCE INSTITUTIONS: TRAJECTORY AND COURSES BETWEEN THE MARKET AND STATE***

### ***ABSTRACT***

*This paper has for objective the trajectory reconstitution of the Technical Assistance institutions formed by architects, since the decade of 1950 until the current days. Through of this reconstitution will be considered the ambiguous paper of these social agents, that has its increased chances of work while as increase the lacks of housing and the difficulties of access to the city. The several historical moments of these Technical Assistance institutions will be leads: since the first insertions in the social matters, through of experiences in the experimental offices, the emancipate idea of the group “Arquitetura Nova” until the work developed Technical Assistance institutions in the mutual-help “self-management” in the decade of 1980. This paper will intends too leads the work developed of the some Technical Assistance institutions in the Program “Crédito Solidário” of the current federal government*

**KEYWORDS:** *technical assistance institutions, housing, architecture, public polices, solidary credit.*